

Pessoal Inativo e Pensionistas	1864030,07	1864030,07	1896957,57	1898686,97	1983962,06	1936263,83	2885320,14	1932831,94	2853139,05	1918959,57	1916397,87	1959598,26	24910177,40	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1426256,06	1426256,06	1459186,56	1460912,96	1546188,05	1498489,82	2226327,59	1522153,59	2229020,32	1501507,99	1499317,34	1542517,73	19338134,07	-
Pensões	437773,53	437773,53	437770,53	437773,53	437773,53	437773,53	658992,07	410677,87	624118,73	417451,58	417080,53	417080,53	5572039,49	-
Outros Benefícios Previdenciários	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	-	-	-	-	3,84	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1864030,07	1958731,92	1896957,57	1955028,58	1983962,06	1978311,52	1488675,70	184244,28	2853139,05	1918959,57	1916397,87	1959598,26	21958036,45	135169,87
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	94701,85	-	56341,61	-	42047,69	-	64070,33	-	-	-	-	257161,48	135169,87
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1864030,07	1864030,07	1896957,57	1898686,97	1983962,06	1936263,83	1488675,70	120173,95	2853139,05	1918959,57	1916397,87	1959598,26	21700.874,97	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11392479,75	11642433,96	11205731,91	11361618,49	11162878,28	11178199,29	18559189,19	14746642,63	14194039,21	11248199,63	11649443,15	11510669,58	149851525,07	133559,63

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	879.152.902.004,53	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	149.985.084,70	0,017060
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	205.352.534,85	0,023358
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	195.084.908,11	0,02219
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	184.817.281,37	0,021022

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COF/SAO, emissão 25/MAI/2020.

*Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 284, de 22 de maio de 2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020

RS 1,000,000

DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				172.078.291,02	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				22.093.206,32	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				149.985.084,70	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.004,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,017060%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,023424%	205.932.775,77
	Resol CNU 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,023401%	205.730.570,60
	Resol CNU 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNU 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,23358%	205.352.534,85

Fonte: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COF/SAO, Data da emissão 25/05/2020.

CHRISTINE FERREIRA RESPLANDE
Coordenadora de Orçamento, Finanças e ContabilidadeSANDRA FLEURY NOGUEIRA
Coordenadora de Auditoria InternaWILSON GAMBOGE JÚNIOR
Diretor-GeralDes. LEANDRO CRISPIM
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 196, DE 26 DE MAIO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso relativo ao Primeiro quadrimestre de 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XI do artigo 19, do Regimento Interno deste Tribunal, e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no SEI 02011.2020-8, resolve:

Art. 1º 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao primeiro quadrimestre de 2020, constituído do Demonstrativo as Despesas com Pessoal e do Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, constantes dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. GILBERTO GIRALDELLI

ANEXO

ANEXO I DA PORTARIA Nº 196/2020 - TRE-MT
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL 2020
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ 1,00													
DESPESA COM PESSOAL														DESPESAS EXECUTADAS													
														(Últimos 12 Meses)													
														LIQUIDADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 1 (b)	
Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)															



DESPA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.133.859,82	8.220.941,87	8.039.710,67	8.062.623,11	8.081.891,50	8.104.656,74	12.196.765,37	8.568.072,28	10.940.088,80	8.120.676,59	8.367.536,40	8.232.339,02	105.069.162,17	63.121,96
Pessoal Ativo	6.841.741,81	6.876.291,05	6.746.568,47	6.769.480,91	6.774.065,46	6.796.324,36	10.230.036,25	7.272.972,50	8.988.628,85	6.747.685,26	6.980.554,22	6.862.274,97	87.886.624,11	52.121,96
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.956.983,42	5.994.235,76	5.861.910,57	5.883.553,29	5.888.990,86	5.915.813,84	8.468.320,18	6.394.140,14	8.111.935,03	5.875.651,82	5.891.627,54	5.773.226,75	76.016.389,20	48.121,96
Obrigações Patronais	884.758,39	882.055,29	884.657,90	885.927,62	885.074,60	880.510,52	1.761.716,07	878.832,36	876.693,82	872.033,44	1.088.926,68	1.089.048,22	11.870.234,91	4.000,00
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.292.118,01	1.344.650,82	1.293.142,20	1.293.142,20	1.307.826,04	1.308.332,38	1.966.729,12	1.295.099,78	1.951.459,95	1.372.991,33	1.386.982,18	1.370.064,05	17.182.538,06	11.000,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	976.305,76	1.028.838,57	977.329,95	977.329,95	992.013,79	992.520,13	1.491.014,83	979.287,53	1.469.534,10	1.051.707,77	1.040.438,32	1.040.360,39	13.016.681,09	-
Pensões	315.812,25	315.812,25	315.812,25	315.812,25	315.812,25	315.812,25	475.714,29	315.812,25	481.925,85	321.283,56	346.543,86	329.703,66	4.165.856,97	11.000,00
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.298.462,84	1.344.650,82	1.298.095,52	1.293.142,20	1.307.866,39	1.310.180,03	1.058.481,62	98.744,46	1.951.459,95	1.372.991,33	1.386.982,18	1.370.064,05	15.091.121,39	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	6.344,83	-	4.953,32	-	40,35	1.847,65	84.272,63	4.730,59	-	-	-	-	102.189,37	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.292.118,01	1.344.650,82	1.293.142,20	1.293.142,20	1.307.826,04	1.308.332,38	974.208,99	94.013,87	1.951.459,95	1.372.991,33	1.386.982,18	1.370.064,05	14.988.932,02	-
DESPA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.835.396,98	6.876.291,05	6.741.615,15	6.769.480,91	6.774.025,11	6.794.476,71	11.138.283,75	8.469.327,82	8.988.628,85	6.747.685,26	6.980.554,22	6.862.274,97	89.978.040,78	63.121,96
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					VALOR					% SOBRE A RCL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					879.152.902.004,53					-				
DESPA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)					90.041.162,74					0,010242				
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)					161.781.717,03					0,018402				
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)					153.692.631,18					0,017482				
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)					145.603.545,32					0,016562				

FONTE: SIAFI, SOF/TSE E COF/SAO/TRE-MT. Emitido em 26/mai/2020 às 08h e 30m.

³Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

- Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
- Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.
- Valor da RCL referente à Portaria STN nº 284, de 22 de maio de 2020.

ANEXO II DA PORTARIA Nº 196/2020 - TRE/MT

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO 2019 A ABRIL 2020

R\$ 1,00

DESPA BRUTA COM PESSOAL (I)				DESPA EXECUTADAS	
DESPA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				105.132.284,13	
DESPA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				15.091.121,39	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				90.041.162,74	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.004,53	
% da DESPA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,010242%	
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			% DA RCL	VALOR
	Resol CNU 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005	0,018455%	162.247.668,06
	Resol CNU 26/2006	Ato decorrente:	-	0,018436%	162.080.629,01
	Resol CNU 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	-	-
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			0,018402%	161.781.717,03
				-	-

1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

MAURO SÉRGIO RODRIGUES DIOGO
Diretor-Geral

RAFAEL ZORNITTA
Secretário de Administração e Orçamento

DANIEL RIBEIRO TAURINES
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

Des. GILBERTO GIRALDELLI
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 126, DE 26 DE MAIO DE 2020

O DESEMBARGADOR JOÃO MARIA LÓS, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III e no parágrafo único do artigo 54 e parágrafo segundo do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal e o Demonstrativo dos limites de Despesa com Pessoal (item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário) desta Corte, relativo ao primeiro quadrimestre de 2020, constante dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

P.R. Cumpra-se.

Des. JOÃO MARIA LÓS

